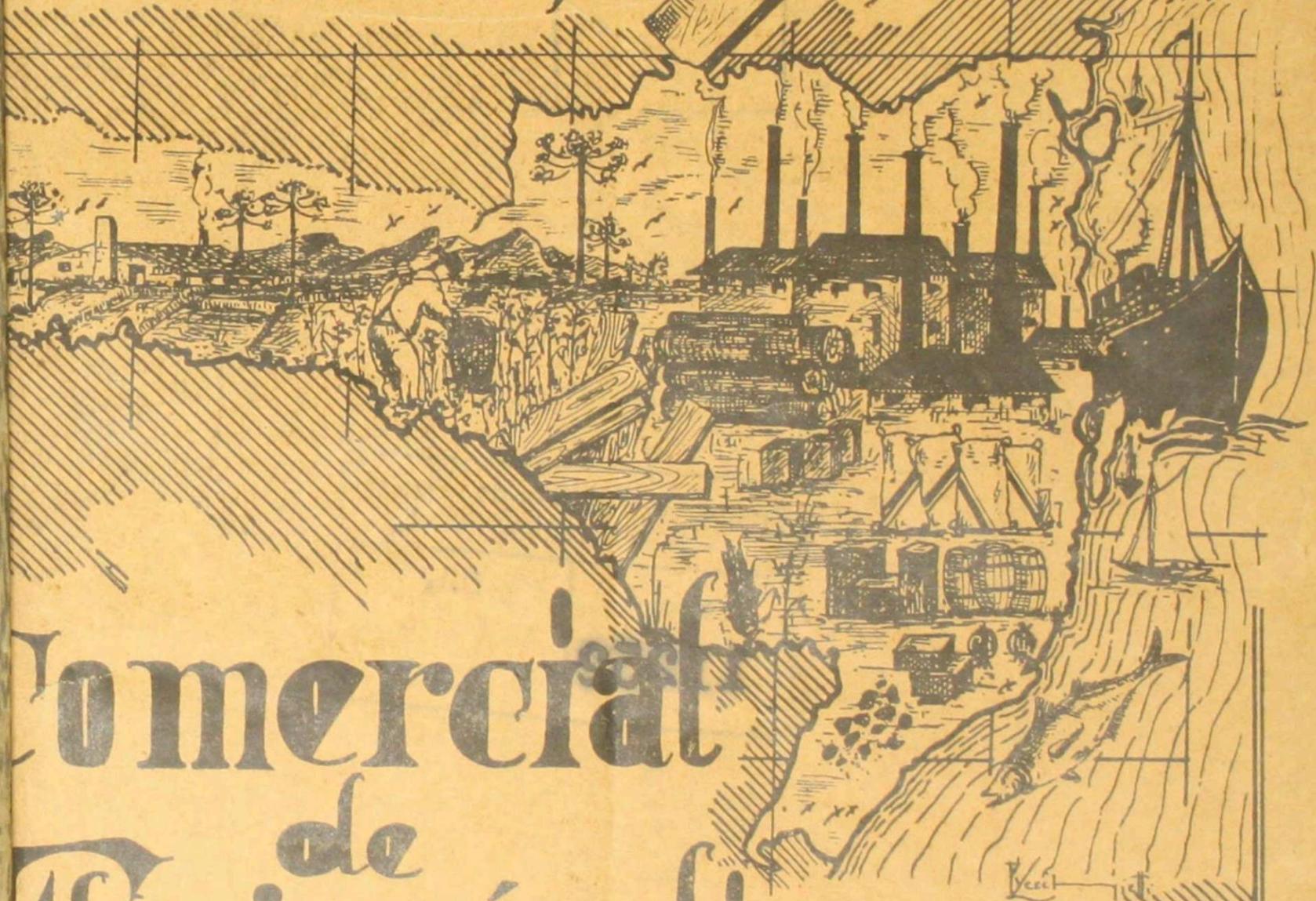




42

BOLETIM
 DA
Associação



Comercial
 de
Florianópolis

Ano I - N. 10

Fevereiro de 1942

COMERCIO COM A ARGENTINA

Do sr. dr. Julio Brandán, digno consul da Republica Argentina em Florianópolis, recebemos o seguinte officio, que, certamente, interessará a muitos dos nossos leitores:

“Florianópolis, 7 de Enero de 1942. — Señor Presidente de la Associação Comercial de Florianópolis, Don Americo de Campos Souto. — Ciudad.

Tengo el agrado de dirigirme al Señor Presidente solicitandole cooperacion para hacer llegar a los señores comerciantes e industriales de este Estado, el deseo del suscrito de que se le proporcionen indicaciones concretas sobre los productos de manufactura extranjera que, por razones derivadas del estado de guerra o por cualquier otra causa, hayan cesado de recibirse o se obtengan con dificultad, con exce-

sivo recargo de precio o con calidad inferior a la requerida; igualmente, los productos de fabricacion nacional que, por razon de escasez de materias primas o de repuestos mecánicos o de mercados compradores habituales, hayan dejado de fabricarse en el Estado o se fabriquen en menor escala. Este pedido es reiteracion del que expresé verbalmente a V. S. y Comision Directiva de la Associação Comercial en nuestra entrevista del año pasado. Las circunstancias del momento hacen que pueda ser mas interesante que en aquel entonces, si cabe, nuestra cooperacion; y por ello vuelvo a solicitarla de Vds. en forma efectiva. El Señor Presidente se servirá acordar la mejor manera de realizarla y hacérmela saber para cumplir mi parte. Saludo al Señor Presidente con mi mas distinguida consideracion.

A proposito do fechamento do Comércio por motivos menos importantes

A esse respeito foram trocados entre a Associação Comercial e a Prefeitura Municipal de Florianópolis os officios que transcrevemos:

«Florianopolis, 26 de dezembro de 1941.—Exmo. Snr. Prefeito.—A Associação Comercial de Florianopolis, a pedido do Comercio local, vem, com a devida consideração, apelar para V. Excia., no sentido de ser evitado, tanto quanto possivel, o fechamento das casas comerciais, inesperadamente e em dias não constantes da tabela oficial estabelecida pelo Ministério do Trabalho, em combinação com essa Prefeitura.—Certos de que V. Excia. bem compreenderá as razões deste apelo, valem-nos da oportunidade para reiterar a V. Excia. a segurança da nossa mais elevada e distinta consideração. — Associação Comercial de Florianopolis. — (a) Americo de Campos Souto, presidente; — (a) Lourival Almeida, secretario».

— — —
«Florianopolis, 7 de janeiro de 1942. Senhor Presidente.—Em resposta ao officio de 26 de dezembro p. passado, comunicolhe que esta Prefeitura, tomando em consideração as ponderações nele contidas, procurará, tanto quanto possivel, atender ao pedido formulado pelo Comercio em geral. — Cordiais Saudações. — (a) Rogerio Vieira, prefeito».

Contrôle de reexportação

A Associação Comercial de Florianópolis, na sua qualidade de representante da Confederação Nacional da Industria, recebeu a seguinte circular:

Prezados Senhores: — De ordem do sr. Presidente, vimos comunicar a VV. SS., para os devidos fins, que vários países do continente americano adotaram providências de contrôle de reexportação, podendo, assim, adquirir, no Brasil, com as restrições indicadas, as matérias primas compreendidas no acôrdo que assinamos com os Estados Unidos da América do Norte.

São as seguintes as nações em causa:

Uruguai — (com exceção de diamantes industriais, cristais de quartzo e borracha).

Honduras — (com exceção de bauxita).

Chile — (com exceção de bauxita, berilo, cromita, diamantes industriais, minério de manganês, cristais de quartzo, titânio e zircônio).

Paraguai — (sem exceção).

Argentina — (sem exceção).

México — (sem exceção).

Quanto aos mais, continuam em pleno vigor os termos de nossa carta-circular n. 116, de 25 de junho de 1941 e as demais instruções sôbre expedição de certificados de conferência. Neste ensejo, renovamos aos prezados amigos os nossos protestos de estima e apreço. — Confederação Nacional da Indústria. — (a) Antonio Horácio, p. Secretário Geral».

Os Copiadores de Cartas e o Imposto do Sêlo

Uma errônea interpretação da Lei do Sêlo, infelizmente muito generalizada entre certos contribuintes, é a da desnecessidade de selar, por verba, todos os copiadores de que se utilizam para copiar cartas, memorandos ou simples ordens de serviço, de caráter interno do estabelecimento.

O grande numero de autos agora lavrados, em diferentes localidades, demonstra que se trata de uma pratica erroneamente difundida e, quiçá, até aqui «tolerada» pelo Fisco, que só agora deu para autoar os infratores, exigindo-lhes o imposto, com pesada revalidação.

Alguns desses contribuintes, apesar do texto expresso do Regulamento do Sêlo não deixar margem a duvida quanto à incidencia do imposto, foram bater ao 1.º Conselho de Contribuintes que os tem, a todos, desiludido, apontando o preceito consignado no n. 102 letra a—da Tabela B do Decreto 1.137, de 1936, conforme se verifica, entre muitos outros pronunciamentos, do que está consubstanciado no Acórdão n. 12.290, de 30 de setembro de 1941, publicado no Suplemento do Diario Oficial de 1.º de Dezembro corrente, página 1.882.

O argumento com que se apresentam, quasi todos os infratores, é o da existencia, ao lado desses copiadores sem sêlo, de outros copiadores, «oficiais», onde é copiada toda a correspondencia de certa importancia comercial,

Infelizmente, porém, a existencia desses copiadores, assim sacramentados, não absolve da falta de sêlo nos demais copiadores, mesmo quando estes ultimos, como já se tem verificado, se destinam à correspondencia interna dos estabelecimentos e à copia de papeis sem importancia.

Alega-se que se trata de uma exigencia que importa num onus muito pesado, exigencia essa que traz ao commercio sérios entraves, pela demora que sempre se verifica na dupla legalização de tais copiadores, perante o Fisco e perante as Juntas Comerciais (ou Repartições que as substituem).

A situação é realmente essa. Mas, para obviá-la, pelo menos com relação a essa correspondencia de menor interesse comercial ou de caráter simplesmente interno do estabelecimento, tem o commercio um expediente pratico e eficaz, que é o das cópias a carbono, em folhas soltas, tiradas com o original e, posteriormente colecionadas em volumes.

E' um sistema pratico, porque não requiere a dupla operação da feitura da car-

ta e da sua cópia no copiadador, e é economico porque não está sujeito ao pagamento do sêlo de folhas, exigido dos copiadores de cartas.

Enquanto o Fisco não tributar essas cópias a carbono, esse expediente, já posto em pratica por um grande numero de comerciantes e industriais, resolve satisfatoriamente a situação.

O copiadador de cartas ficaria reservado para a correspondencia da qual eventualmente se tivesse necessidade de fazer prova, pela sua manifesta relevancia.

De qualquer fórmula, porém, o que não é permitido é manter em uso qualquer copiadador, sem o pagamento do sêlo por verba. A revalidação que está sendo agora exigida tem fundamento legal. Não há como fugir ao seu pagamento.

OTTO GIL.

(Do Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro).

A Conservação dos Livros Comerciais

O diretor das Rendas Internas, sobre o prazo a que são obrigados os comerciantes a manter em seus arquivos a escrituração e documentos de suas transações comerciais, declarou:

«Não ha lei positivando, fixando o prazo em que os comerciantes são obrigados a manter em seus arquivos a escrituração e documentos relativos ás suas transações comerciais. O principio vigorante é estabelecido no art. 10 n. 3 do Codigo Commercial, verbis: «Todo comerciante é obrigado a conservar em boa guarda a escrituração, correspondencia e mais papeis pertencentes ao giro do seu commercio, enquanto não prescreverem as ações que lhes possam ser relativas. Bento de Faria, comentando êste dispositivo, entende que o prazo maximo deverá ser o de vinte anos, porque êste prazo é tambem o maximo da prescrição em materia comercial. O principio, portanto, que deverá ser obedecido, é o de conservar em boa guarda os livros obrigatorios, devidamente escriturados, arts. 11, 12, 13, 14, 15 e 16 do Codigo citado, bem como os documentos essenciais, enquanto não prescreverem as ações que lhes possam ser relativas. Como os prazos da prescrição variam, conforme a natureza das obrigações, art. 441 e seguintes do aludido Codigo, o comerciante, uma vez decorrido o prazo da prescrição de cada obrigação, ficará desobrigado da conservação da escrita e documentos á mesma relativos».

As madeiras brasileiras no comercio exterior

Um dos maiores entraves que pesam sobre a exportação de nossas madeiras é a falta de organização de que se ressentem a sua produção. Embora seja o Brasil possuidor de uma das áreas florestais mais extensas do mundo, com uma variedade incomparável de essências uteis para todos os misteres, nenhuma estatística geral e precisa existe sobre a sua respectiva produção.

Somente o nosso pinho foi objeto, em princípios de 1940, de legislação governamental criando o Instituto Nacional do Pinho, entidade autárquica destinada a coordenar e superintender os trabalhos relativos à defesa da produção do pinho.

As demais madeiras, cujo valor unitário é superior ao do pinho, poderão ter a sua exportação aumentada por meio de facilidades aduaneiras e de câmbios, a serem pleiteadas junto às autoridades governamentais das nações americanas, a par de medidas capazes de contribuir para a organização de sua produção e segurança de exportação de produto, padronizado, que inspire confiança aos mercados externos, como já se verifica com o pinho.

É sabido que a exportação de nossas madeiras tem crescido sensivelmente desde 1935, quando atingiu a cifra de 167.741 toneladas até 1939 quando exportamos . . . 404.787 toneladas. Baixou em 1940, em virtude da guerra, para 291.120 toneladas, sendo que nos dez primeiros meses de 1941, alcançou 286.619 toneladas.

O valor da exportação, entretanto, tem mantido ritmo ascendente.

As madeiras, em que pese à desorganização de produção e a ausência de medidas garantidoras do produto padronizado

para exportação (exceção feita do pinho), constituem produto que ocupa lugar de destaque apreciável no equilíbrio de nossa balança comercial.

As nossas estatísticas de exportação revelam uma grande variedade de essências. Em 1940 foram exportadas mais de 29 espécies. O pinho ocupa o primeiro lugar, sobrepujando de muito as demais. Por ordem de importância, encontramos em nossa pauta de exportação as seguintes madeiras: aguano, cedro, freijó, ipê, jacarandá, imbuia, andiroba, guarubá, sucupira, macauba, louro vermelho e quebracho.

Isto nos demonstra quais as madeiras mais conhecidas no estrangeiro, o que nem sempre coincide com o que se passa no país.

Pondo de lado certas essências consumidas para fins da indústria química, vemos que muitas madeiras de grande reputação entre nós para fins construtivos ou de mobiliaria só figuram nos últimos lugares em nossas estatísticas de exportação. Nesse caso poderemos citar as nossas perobas, canela, Gonçalo Alves, cetim, pau rosa e muitas outras por nós correntemente usadas. É esta uma nova face do problema — a propaganda de tais essências no exterior.

É de esperar que uma vez regularizada a questão do pinho, possa o governo, por seus órgãos competentes, atacar os problemas referentes a estas nossas essências florestais de inestimável valor econômico e de ótimas perspectivas nos mercados externos.

(Do Boletim do Conselho Federal de Comercio Exterior).

O fechamento da Escola de Aprendizes Marinheiros de S. Catarina

Em resposta a um telegrama que enviou, ao exmo. sr. Presidente da Republica, pedindo a manutenção da Escola de Aprendizes Marinheiros em nosso Estado, a Associação Comercial de Florianopolis, recebeu o seguinte telegrama:

«Reposta telegrama dirigistes Presidente Republica dezembro findo Ministerio Marinha informa em face condições precarias edificio Escola Aprendizes Marinheiros Santa Catarina vai ser construido outro devendo escola ser reaberta ano 1943. Cordiais saudações (a) Oscar Lima Chaves, oficial de gabinete».

Oportunidade de negocio

GOIABADA Firma de Nova York está interessada na importação de goiabada do Brasil. Amostras, informações e preços deverão ser enviados a Brazilian Information Bureau.

REDES DE PESCAR Firma de Two Rivers, Wisconsin, deseja importar redes de pescar do Brasil. Amostras, informações e preços deverão ser enviados a Brazilian Information Bureau.

SUCOS DE FRUTAS — Firma de Philadelphia está interessada na importação de sucos de frutas, especialmente de limão. Amostras, informações e preços deverão ser enviados a Brazilian Information Bureau.

EPOCAS DE PAGAMENTO DE IMPUSTOS

FEDERAIS

JANEIRO A MARÇO	— Patente de Registros, fóros de Marinha.
ABRIL	— Declaração do Imposto sobre a Renda
JANEIRO A JUNHO	— Taxa de Ocupação de terrenos de Marinha.
AGOSTO	— Pagamento do Imposto sobre a Renda (1a. quota)
SETEMBRO	— Pagamento do Imposto sobre a Renda (2a. quota)
OUTUBRO	— Pagamento do Imposto sobre a Renda (3a. quota)
NOVEMBRO	— Pagamento do Imposto sobre a Renda (4a. quota)

ESTADUAIS

JANEIRO	— 1.º semestre da patente por venda de bebidas e fumo
FEVEREIRO	— 1.º semestre de Industrias e profissões
MARÇO	— 1.º trimestre de taxa d'agua e esgoto
MAIO	— 1.º semestre de Imposto territorial
JUNHO	— 2.º trimestre da taxa d'agua e esgoto
JULHO	— 2.º semestre de patente por venda de bebidas e fumo
AGOSTO	— 2.º semestre de Industrias e profissões
SETEMBRO	— 3.º trimestre da taxa d'agua e esgoto
NOVEMBRO	— 2.º semestre do imposto territorial
DEZEMBRO	— 4.º trimestre da taxa d'agua e esgoto

MUNICIPAIS

JANEIRO	— Imposto sobre Industrias e profissões Imposto de licença sobre estabelecimentos ou escritorios Comerciais e industriais, profissionais, taxa de limpeza pública, aferição de pesos e medidas, veículos, commercio ambulante e publicidade.
MAIO	— Imposto predial e taxa de Limpeza Pública
JUNHO	— Imposto territorial
JULHO	— Industrias e Profissões
SETEMBRO	— Taxa de melhoramentos
NOVEMBRO	— Imposto predial e taxa de Limpeza Pública
DEZEMBRO	— Imposto territorial.

O S A L

Uma das grandes riquezas naturais do Brasil é, sem contestação, o sal, que exerce influencia bem sensível na economia de alguns Estados do nordeste, onde existem enormes salinas.

O Estado do Rio e do Rio Grande do Norte, produzem quase 80 % do sal extraído no Brasil, que ocupa o decimo lugar entre os países produtores.

Apesar de serem magnificas as condições do nosso país para a produção do sal, há uns 20 anos atrás ainda eramos grandes importadores de sal.

Comenta o Boletim do Conselho Federal do Comércio Exterior:

«Era de esperar que a atual guerra eliminando a concorrência dos países europeus e dificultando a dos países asiati-

cos, oferecesse ao mercado do sal brasileiro a sua grande oportunidade.

No entanto, isso não aconteceu. A industria extrativa do sal atravessa, ao contrario, uma das suas crises mais graves.

O governo Federal, procurando amparar a industria, já criou, porém, o Instituto Nacional do Sal, que, embora funcionando há pouco tempo, tem procurado, na medida do possível, auxiliar os salineiros a vencer as dificuldades do momento. A grande área territorial da nação e a localização das principais salinas no norte, enquanto os Estados indicados para maiores consumidores são os do extremo sul e o Estado central de Mato Grosso (onde se localizam nossos maiores rebanhos), representam o fator principal da atual crise».

(Do Boletim Hamann, do Rio).

American Steel Export Company

Ilmo. Sr. Presidente da Associação Comercial de Florianópolis. — Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Prezado Senhor:

O interesse que V. S. tem demonstrado pelo desenvolvimento da exportação de produtos brasileiros, leva-nos a dirigir-lhe a presente.

Há mais de trinta anos que a nossa companhia tem se dedicado nos Estados Unidos á exportação de produtos fabricados neste país, e destinados aos mercados do mundo inteiro. Dentre esses mercados, temos tido a satisfação de incluir o mercado brasileiro.

Durante trinta anos de atividades neste ramo, conseguimos desenvolver uma organização das mais eficientes no genero — a American Steel Export Company, com sucursais em toda parte. Até o presente, naturalmente, temos nos dedicado apenas á exportação de produtos dos Estados Unidos. Agora, entretanto, a bem do interesse do comércio em geral entre os nossos dois grandes países, e a bem de nossos próprios interesses como exportadores, julgamos oportuno dedicar-nos também á importação.

Neste caso, porém, a idéia de importação deve ser compreendida sem as restrições que o termo implica. Si não dispuzessemos de uma organização modelar, espalhada universalmente, o termo importação seria, de fato, apropriado, por isso que estaríamos preparados apenas para importar mercadorias para um só mercado — o dos Estados Unidos. Com a nossa organização tal como está, entretanto, encontramos aparelhados não só para importar para o mercado dos Estados Unidos, como também para vários outros mercados do mundo, nos quais temos organizado eficientemente nossas atividades. Estamos, por con-

seguinte, em condições de EXPORTAR produtos brasileiros para todos os mercados que ainda não se acham fechados pela guerra, inclusive, naturalmente, o próprio mercado dos Estados Unidos.

Reconhecendo que muitos dos produtos exportáveis brasileiros já se encontram bem encaminhados em sua exportação regular, acreditamos, contudo, que há muitos produtores que ainda não se encontram representados devidamente no estrangeiro, e que desejam dispôr de representação neste país, sobretudo uma representação do caráter da nossa companhia, que se encontra perfeitamente aparelhada para abranger TODOS os mercados.

Devido a acharem-se atualmente encerrados para os Estados Unidos as fontes de importação da Europa e Asia, o momento mostra-se extraordinariamente oportuno para desenvolver-se a importação de produtos brasileiros. Neste sentido, a American Steel Export Company encontra-se excepcionalmente habilitada para a colocação neste mercado, não só de matérias primas como de produtos manufaturados.

E', portanto, nosso intuito solicitar de V. S. nos indique uma relação de firmas produtoras brasileiras, de primeira categoria, que tenham interesse em ser representadas nos Estados Unidos. Devemos salientar a expressão «firmas produtoras» pelo fato de não termos interesse em tratar com agentes ou intermediários. Teremos satisfação em receber propostas de firmas interessadas, ou si V. S. nos enviar os seus respectivos nomes, poderemos nos corresponder diretamente com as mesmas.

Gratos pela valiosa colaboração de V. S., subscrevemos-nos, atenciosamente, Victor Bowman, vice presidente, American Steel Export Company, Inc.

Oleo de Mamona

As importações de bagas de mamona durante os primeiros nove meses de 1941 aumentaram de 76 % sobre o ano passado, de modo a atender a igual aumento no consumo do oleo.

O oleo de mamona desidratado é presentemente um dos melhores substitutos para o oleo de tungue, em vista da escassez deste. Embora não haja estatísticas mostrando exatamente as cifras desse consumo, acredita-se que o aumento da importação de mamona é devido principalmente ao seu uso desidratado.

Oportunidades de negocio

BANHA DE COCO — Firma de Paterson, New Jersey, está interessada em introduzir a banha de côco no mercado dos Estados Unidos. Respostas para Brazilian Government Trade Bureau.

Os «stocks» existentes equivalem a quasi o dobro dos registrados no ano passado, mas não chegam a constituir um suprimento para quatro meses, na proporção do consumo atual.

(Do Boletim Americano).

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FLORIANOPOLIS

Resumo das Sessões

DEZEMBRO DE 1941

REUNIÃO DO DIA 30: PRESIDENCIA DO SR. AMERICO DE CAMPOS SOUTO. — Nesta sessão foi deliberado enviarem-se telegramas aos exmos. srs. Presidente da Republica, Interventor Federal e Ministro da Marinha pedindo que a Escola de Aprendizes Marinheiros não fosse definitivamente retirada desta Capital. Novas firmas foram propostas para o Quadro Social.

JANEIRO DE 1942

REUNIÃO DO DIA 13: PRESIDENCIA DO SR. AMERICO DE CAMPOS SOUTO. — Do expediente constou um telegrama da Presidencia da Republica, comunicando que a Escola de Aprendizes Marinheiros de Florianópolis será fechada apenas o tempo necessario para a construção de um novo edificio, devendo reabrir-se em 1943. Constou tambem um officio do sr. Prefeito Municipal, comunicando que, atendendo ao apelo que, em nome do Comércio, lhe dirigira a Associação, procuraria, de ora em diante, evitar o fechamento do Comércio por motivos menos importantes.

REUNIÃO DO DIA 20: PRESIDENCIA DO SR. AMERICO DE CAMPOS SOUTO. — Nesta sessão foi lida uma carta da Associação Comercial e Industrial de Blumenau, fazendo uma consulta a proposito do feriado de 6 de janeiro. Na ordem do dia foram discutidas várias medidas administrativas de pequena importancia. Foram propostas várias firmas para o Quadro Social.

REUNIÃO DO DIA 27: PRESIDENCIA DO SR. AMERICO DE CAMPOS SOUTO. — Nesta sessão foi deliberado providenciar-se junto ás Companhias de Navegação no sentido de ser evitada a demora que atualmente se vem verificando na descarga de mercadorias, o que prejudica sensivelmente o Comércio. Foi recebido um officio do Snr. Dr. Julio Brandán, Consul Argentino em Florianópolis, pedindo á Associação dar ciencia aos importadores e exportadores locais de que aquele Consulado está á disposição dos mesmos para a solução de qualquer dificuldade que surja no seu comercio com a Republica Argentina. A Diretoria resolveu publicar, na integra, o referido officio, o que é feito no presente numero do Boletim.

As cidades que no Brasil dão mais renda

A título de curiosidade, inserimos abaixo os nomes das cidades que, no Brasil, fornecem maior arrecadação tributária.

Segundo informação oficial, são vinte e nove cidades que apresentam arrecadação superior a mil contos de réis.

Como o Distrito Federal não figura na nota estatística, de onde retirámos estes dados, naturalmente o primeiro lugar é representado pela capital paulista.

1° — São Paulo	161.808:310\$000
2° — Porto Alegre	42.210:000\$000
3° — Belo Horizonte	28.602:800\$000
4° — Santos	25.295:210\$000
5° — São Salvador	23.447:000\$000
6° — Recife	18.033:700\$000
7° — Niterói	17.407:500\$000
8° — Rio Grande	13.915:025\$000
9° — Belém	11.386:460\$000
10° — Campinas	8.450:000\$000

11° — Pelotas	8.430:000\$000
12° — Fortaleza	7.720:000\$000
13° — Curitiba	6.881:400\$000
14° — Petrópolis	5.555:175\$000
15° — Juiz de Fóra	5.120:000\$000
16° — Manáus	4.997:524\$000
17° — Campos	4.760:489\$000
18° — Sto. André (S. Paulo)	4.597:000\$000
19° — S. Luiz do Maranhão	4.450:560\$000
20° — Vitória	4.000:000\$000
21° — Nova Iguassú (E. Rio)	4.000:000\$000
22° — Maceió	3.446:000\$000
23° — Ribeirão Preto	3.300:000\$000
24° — Marília	3.200:000\$000
25° — Aracajú	2.500:000\$000
26° — João Pessoa	2.253:000\$000
27° — Florianópolis	1.940:000\$000
28° — Natal	1.914:600\$000
29° — Terezina	1.150:000\$000

(Do Boletim Hamann, do Rio).

DE INTERESSE...

— O direito do empregado de reclamar perante a Justiça Trabalhista, prescreve em um ano, contado da data da dispensa.

— Não caracteriza o abandono de emprego a ausência do serviço, sem aviso durante dez dias. (Acordão da Camara de Justiça do Conselho Nacional do Trabalho, no processo n. 20.645, de 1939).

— O Decreto Federal n. 7.960, de 30 de setembro de 1941 aprova as especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação de bucho de peixe, visando a sua padronização.

— O Decreto Federal n. 7.958 de 30/9/41 aprova as mesmas medidas com relação à exportação de sapotí.

— O Decreto-Lei Federal n. 3.911, de 9 de dezembro de 1941, estabelece medidas de proteção e segurança aos interesses de estrangeiros, na atual emergencia.

— A Associação Comercial de Florianópolis está habilitada a prestar aos srs. importadores todos os esclarecimentos relativos à obtenção, junto às autoridades norte-americanas, de licenças de exportação e concessão de prioridades.

— O Decreto-Lei Estadual n. 599, de 10 de janeiro de 1942, publicado no Diário Oficial n. 2.175, aprova o contrato de locação de serviços entre o governo do Estado e a Companhia Auxiliar de Serviços de Administração e a Sociedade Técnica e Comercial Anhanguera Limitada para a execução dos trabalhos relativos à implantação, remodelação ou ampliação dos serviços de abastecimento de água e esgotos das cidades de Blumenau, Florianópolis, Itajaí, Lajes, Laguna, Joinville, Rio do Sul, São Francisco e Tubarão, bem como a remodelação dos serviços de suprimento de luz e força elétricas na Capital.

— Uma recente estatística informa que no fundo dos rios amazonicos ha mais de cem navios a vapor naufragados.

E' facil calcular a quantidade de metais — hoje verdadeiramente preciosos — que, com as embarcações, jazem em abandono no fundo desses rios.

— Na Secretaria da Associação Comercial de Florianópolis acham-se á disposição dos srs. associados, para serem consultadas, coleções do Diário Oficial da União e do Estado, bem como de outras publicações interessantes ás classes produtoras.

— O artigo «Parque Industrial Catarinense» que publicamos em nosso numero de Dezembro despertou notavel interesse,

tendo sido transcrito por alguns jornais do Estado e pelo Boletim do Conselho Federal de Comercio Exterior, do Rio de Janeiro.

— A Electro-Aço Altona, do municipio de Blumenau, neste Estado, foi por Decreto do Governo Federal, declarada de utilidade para o Exercito.

— O Decreto-Lei n. 592, de 23 de dezembro de 1941, proibe, em todo o territorio Estadual, a matança de vacas e novilhas aptas á criação.

— Segundo edital divulgado pelo «Diário Oficial do Estado», pelo Pôsto de Fiscalização de Caça e Pesca, dêste Estado, o exercicio da pesca só será permitida aos amadores mediante pagamento de uma licença anual de 20\$000 (vinte mil réis), válida até 31 de dezembro do ano civil.

— A proxima safra de trigo em Santa Catarina, atingirá a 28.000.000 de quilos.

— Segundo resolução do Conselho de Imigração e Colonização, os estrangeiros que requereram naturalização e ainda não a tenham obtido, deveriam registrar-se nos Serviços de Registo de Estrangeiros ou nas delegacias de policia, até 31 de janeiro, sob pena de incorrerem na multa de 500\$000, ou expulsão do territorio nacional se houver dólo.

— Informa-se que técnicos patricios estão estudando o fornecimento aos Estados Unidos de 100 mil toneladas de oxido de chumbo.

— Chamamos a atenção dos possuidores de apolices estaduais de 1:000\$000 da Lei n. 441, de 11 de outubro de 1899, para o edital que o Tesouro do Estado faz publicar no Diário Oficial do Estado. Tais apolices, segundo o referido edital, estão sendo resgatadas naquela repartição.

— O Decreto-Lei n. 171 da Prefeitura Municipal de Florianópolis releva das multas em que houverem incorrido, por móra de pagamento, os contribuintes que pagarem os impostos ou taxas em atrazo até o dia 15 de fevereiro de 1942 e, em se tratando de dividas ajuizadas, tambem as respectivas custas.

Oportunidade de negocio

A firma CLODOMIRO GONZALEZ, Casilla 842, em Santiago do Chile, deseja estabelecer relações comerciais com fabricantes de instrumentos musicais em geral e de accessorios para os mesmos.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Resultado dos julgamentos - Mês de Dezembro

Processo n. JCJ — 50-41. Moacir Trindade da Silva reclamando contra a Companhia Telefonica Catarinense, cancelamento de suspensão (30 dias).

Solução — Conciliado pela volta do Reclamante ao serviço e redução da suspensão para 15 dias.

Custas, avaliadas em Rs. 11\$800, por ambas as partes, em estampilhas federais, na forma do § 1º, do artigo 88, do Regulamento da Justiça do Trabalho, aprovado por decreto n. 6.596, de 12 de dezembro de 1940.

Processo n. JCJ — 51-41. Pedro Gastão reclamando contra Demetrio Garofallis, proprietário da Sorveteria Gloria — mudança da natureza do cargo.

Solução — Conciliado pela volta do Reclamante ao serviço, em que exercerá as funções exclusivas da natureza do seu cargo.

Custas, de Rs. 10\$200, por ambas as partes, em estampilhas federais, na forma do artigo 88, § 1º, do Regulamento da Justiça do Trabalho, aprovado por decreto n. 6.596, de 12 de dezembro de 1940.

Processo n. JCJ — 52-41. Inacia Varvassori reclamando contra José Nolasco — ferias e salario minimo

Solução — Conciliado pelo pagamento de Rs. 300\$000.

Custas, calculadas em Rs. 28\$200, por ambas as partes, em selos federais apostos aos autos, de acordo com o art. 88, § 1º, do Regulamento da Justiça do Trabalho, aprovado por decreto, 6.596, de 12-12-1940.

Processo n. JCJ — 53-41. Jorge Fernandes Moraes reclamando contra Paulo Schlemper, proprietario da Fabrica de Moveis Catarinense — ferias.

Solução — Conciliado pelo pagamento de Rs. 115\$000.

Custas, no valor de Rs. 11\$600, por ambas as partes, em estampilhas federais, na forma do art. 88, § 1º, do Regulamento da Justiça do Trabalho aprovado pelo decreto n. 6.596, de 12 de dezembro de 1940.

Processo n. JCJ — 54-41. Osvaldo Peixoto reclamando contra João Batista dos Santos, proprietario da Tinturaria Guaraní — salario minimo, ferias, indenização e aviso previo.

Solução — Conciliado pelo pagamento de Rs. 150\$000 e pela volta do Reclamante ao emprego.

Custas por ambas as partes de Rs. 14\$500, em estampilhas federais, na forma do artigo 88, § 1º, do Regulamento da Justiça do Trabalho, aprovado por decreto n. 6.596, de 12 de dezembro de 1940.

Processo n. JCJ — 55-41. João Batista dos Santos reclamando contra Tom T. Wildi — ferias e aviso previo.

Solução — Conciliado pelo pagamento de Rs. 50\$000.

Custas, de Rs. 5\$000, pagas por ambas as partes, na forma legal.

Processo n. JCJ — 56-41. Tomaz Leoncio da Costa reclamando contra Francisco Baumgarten, proprietario do Hotel Balneario Canasvieiras — salario, folgas regulamentares e aviso previo.

Solução — Processo julgado á revelia: condenado o Reclamado ao pagamento de Rs. 273\$800.

Custas, no valor de Rs. 25\$600, pelo Reclamado, na forma do art. 88, § 1º, do Regulamento da Justiça do Trabalho, em estampilhas federais apostas aos autos.

Processo n. JCJ — 57-41. Arnaldo da Silva Ramos reclamando contra Teodosio Apostolos Cominos, proprietario da Casa Jupiter — diferença de salarios, ferias, indenização e aviso previo.

Solução — Conciliado pelo pagamento de Rs. 700\$000. Custas, de 62\$000, pelo reclamante, em estampilhas federais apostas aos autos.

Oportunidades de negocio

Bartolomé Soler, Casilla 481, Santiago do Chile, deseja contacto com firmas interessadas na importação de giz para alfaiates, de qualidade superior.

— Escritório Comerctal Euza, r. Benjamin Constant 34, Jataí, Goiaz, deseja contacto com firmas interessadas na compra de cristais e minerios.

— Rafael Lugo, Apartado 432, Santiago de los Caballeros, República Dominicana, deseja representar fabricantes e exportadores nacionais.

— Alberto Villarrica, San Felix 508, Santiago de Cuba, deseja representar fabricantes e exportadores nacionais.

Durante o mês de Janeiro a Associação Comercial de Florianopolis recebeu e agradece as seguintes publicações:

Boletim da Associação Comercial de Minas Gerais.

Boletim da Associação Comercial de Santa Maria.

Boletim da Associação Comercial do Pará.

Revista de La Camara De Comercio Uruguayo-Brasileño.

Revista Comercial de Minas Gerais.

Revista «O Observador Economico e Financeiro».

Boletim da Associação Comercial da Baía.

Boletim da Secção de Fomento da Produção Vegetal no Estado da Paraíba.

Projeto de Reforma do Regulamento do Imposto de Renda.

Revista Informação Comercial do Brasil.

Boletim da Associação Comercial de Ilheus.

Revista Monitor Comercial Ns. 63 e 64.

Revista M. A. N. A Servicio de La Riqueza Argentina.

2 Boletins da Bolsa de Mercadorias — Associação Comercial de P. Alegre.

Boletim do Conselho Federal de Comercio Exterior N. 49.

Revista Hamann (Economia e Finanças N. 46).

Revista Universal Commerce.

Revista Think (U. S. A.).

Boletim Economico do Banco do Brasil S/A.

Boletim Estatistico do Piauí.

Boletim Informador do Centro dos Importadores de Fortaleza.

O emprego do assucar de milho na fabricação do aço

O American Iron & Steel Institute anunciou a aplicação de assucar de milho como revestimento para o aço. De acôrdo com um processo recentemente patenteado, o assucar puro de milho é soprado sobre a parte interna dos moldes das barras para o fim de prevenir defeitos no aço, resultantes de asperezas nos moldes. Quando a barra sai do molde, apresenta uma cobertura com o brilho de caramelo. Essa cobertura desaparece mais tarde, durante o processo de fabricação.

Parque Industrial Catarinense

O Boletim do Conselho Federal de Comercio Exterior reproduziu, «ipsis literis», com excessão do titulo, em seu numero de 22 de dezembro de 1941 o artigo que, sob a epigrafe que voltamos a usar, abriu o nosso Boletim daquele mesmo mês.

Lamentamos que o Boletim do Conselho Federal de Comercio Exterior não tivesse, como é praxe, indicado a fonte donde provinha o referido artigo, como nós fizemos no mesmo, com relação aos dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística.

Oportunidades de negocio

Maurice Lobsitz — Nutley — N. J. Deseja estabelecer relações com produtores de manufaturas de lã.

— Triamericana Corp. — 152 West 42nd. Street. — Nova York. — Deseja estabelecer relações com produtores de mamona e outros frutos oleaginosos.

— Mc. Currah Organization. — 411-Fifth Av. — Nova York — Deseja estabelecer relações com fabricantes e importadores de gravatas.

— L. Rintel. — 80 Broad Street. — Nova York. — Deseja estabelecer relações com importadores de texteis, whisky e outros produtos norte-americanos.

— Usle & Perojo Granite Co. — Barre — Vermont. — Deseja estabelecer relações com exportadores de granito vermelho.

— The Dominica Dispensary. — Roseau — Dominica. — Deseja receber pneus e amostras de óleo de caroço de algodão.

— Sucessión de F. Blanco S. em C. — Apartado, 1683. — Havana. — Deseja importar do Brasil fios de algodão para tecelagem.

— Firma importadora de Chicago deseja obter penas de pato e de ganso do Brasil. Informações e preços para Brazilian Government Trade Bureau.

O Linho em Santa Catarina

Já desde 1749, segundo Almeida Coelho se cultivava o linho em nosso Estado. Melhor: tentava-se a sua cultura, que feita, porém, sem método nada ou quase nada produzia, sendo abandonada em seguida.

Entretanto, necessitando da fibra do linho para fazer amarras e cabos para navios, e atendendo às suas multiplas aplicações para o vestuário e feitura de roupas de cama e mesa, enviou o Vice-Rei do Estado, em 1782, sementes de linho galego, donzela e fino, que, ou por serem cultivadas em mau terreno, ou por descuido e má qualidade das mesmas, não corresponderam à expectativa, produzindo pouco.

Quanto ao linho cânhamo, escreve Paulo José Miguel de Brito, em sua Memória Política: «a indústria relativamente ao linho cânhamo (1.800) he nula e produzindo esta semente, em muita abundância, desgraçadamente não a semearão os habitantes».

E que se pagava pela arroba do linho cânhamo, 3\$200, enquanto que das qualidades «galego», «donzela» e «fino», facilmente se encontrava compradores oferecendo 4\$960 por arroba. Quem iria cultivar o que oferecia menor lucro? Chegavam os lavradores até a inutilizar as sementes colocando-as em água a ferver, para persuadir que as condições do terreno não eram favoráveis a essa cultura.

Em 1810 foram exportadas 5 arrobas de linho cânhamo — as 5 produzidas, — enquanto que do linho comum, de 6.128 arrobas produzidas 5.352 foram exportadas e 776 consumidas na então provincia de Santa Catarina.

Mas parou aí a exportação.

O progresso da indústria eurapéia, a invenção de máquinas e a técnica adotada na Europa para maior e melhor produção de fibras de linho, nos países produtores, que resultaram no barateamento do produto, vieram acabar com as fábricas de tecidos da provincia que «sem melhoramento algum nos teares, e sem máquinas para fiação do linho e do algodão, não podem competir em preço com os produtos das novas máquinas movidas a vapor» — consoante o presidente provincial, João José Goutinho, em sua «Fala», de 1.º de março de 1851, aos deputados da Assembléia Legislativa Provincial.

Foi abandonada a cultura do linho.

Em 1856 apenas havia vestígios da exportação de meio século atrás, por algum carcomido tear que ainda se ouvia

bater descompassadamente numa ou outra choupana dos sitios.

O que determinou também o abandono do linho, foi, sem dúvida, a cultura praticada em grandes proporções, da mandioca e da cana de açúcar, que ofereciam, além de não precisarem de local apropriado à cultura, como aquele, lucros maiores e trabalhos menores.

Foram suprimidas por completo as já reduzidas plantações de linho, quando veio a febre das vastas culturas do café (1858) ambição e ideal de todo o pequeno e grande agricultor, ambição ruinosa, afinal, que determinou grande crise na lavoura.

*
**

Com a formação de colônias estrangeiras no Estado (italianas e alemães) reiniciou-se, em pequena escala a plantação do linho, mas, sem se animarem ainda, os colonos a estabelecer e desenvolver tal cultura. Só em 1893, com a vinda de emigrantes poloneses, houve, pode-se dizer, o renascimento da cultura do linho. Vindos da Polônia, que é, até hoje, uma das maiores produtoras de linho, souberam os poloneses cultivá-lo e aproveitá-lo, aumentando progressivamente a sua produção.

Localizando-se na região do norte catarinense (Itaiópolis, Canoinhas, São Bento e Porto União), os poloneses fizeram daqueles municipios os maiores cultivadores do linho em nosso Estado.

Vai aumentando sempre a área cultivada e a produção de linho no Estado. Já em 1941, se cultivou linho nos municipios de Campo Alegre, Canoinhas, Cruzeiro, Itaiópolis, Porto União e São Bento.

Pode-se observar pela produção de 1941, de quanto aumentou a produção de linho catarinense. São os reflexos da guerra, Em 1939, o Estado importou do exterior, (Alemanha) 1.130 quilos de fio de linho simples para tecelagem, no valor de 27:954\$000 contra 317 quilos no valor de 17:906\$000, em 1938; em 1940 fechou-se o mercado à nossa importação.

Numa terra fértil e própria às mais variadas culturas, plantou-se em maior escala o linho que agora cresce em área cultivada e em produção. Ao ser instalada no vizinho Estado do Paraná uma fábrica para beneficiamento do linho, — a qual se comprometeu a comprar toda a produção catarinense dessa fibra — os lavradores certos de lucros próximos e compensadores

NOTICIARIO

A 3 de janeiro p. passado tomou posse do cargo de Ministro do Trabalho, Industria e Comercio, o sr. dr. Alexandre Marcondes Filho.

— Foi fundada em Itajaí, neste Estado, a Empresa Catarinense de Navegação, que manterá um serviço regular de barcos a motor entre aquele porto e o do Rio de Janeiro.

— Tomou o nome de «Homero Batista», o avião doado ao Aero Clube de Florianopolis.

— O Presidente da Republica assinou decreto regulamentando a atividade dos menores de 18 anos, no Comercio e na Industria.

— Com a presença de altas autoridades estaduais e municipais, realizou-se, a 11 de janeiro, na vila de Salto Grande, no municipio de Bom Retiro, a inauguração da Industria Salto Grande S. A.

— No distrito de Barreiros, no continente, a 6 quilometros de Florianopolis, em terreno doado pelo Estado, o Governo Federal vai contruir a nova Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina, que deverá começar a funcionar no proximo ano de 1943.

Acha-se muito adeantada, nos estaleiros da Companhia de Navegação Itajaí Ltda., na cidade de Itajaí, a construção do barco-motor «Navita», com capacidade de carga de 400 toneladas, medindo 38 metros de comprimento, 9 de boca e 3,40 de pontal, propulsionado por um motor de 300 HP, de 300 rotações.

— O Brasil rompeu relações economicas e diplomaticas com os chamados países do «eixo», a saber: Alemanha, Italia e Japão.

— Foram orçadas em cerca de 44 mil contos a receita e a despesa do Estado de Santa Catarina em 1942.

OPORTUNIDADES DE NEGOCIO

Firma importadora de Nova York deseja comprar pêlo em estado natural e residuos de pêlos de toda especie, tais como de coelho e de lebre, para fabricação de chapéus de senhora. Informações e preços para Brazilian Government Trade Bureau

— A firma F. W. JONES & SON, estabelecida em Bedford, Que., no Canadá, deseja estabelecer relações comerciais com firmas exportadoras de cêra de abêlhas.

— Odilon G. Alves, de Bagé, Rio Grande do Sul, deseja entrar em contacto com plantadores e desfibradores de sizal. Endereço: Rua Felix da Cunha, 119.

— O Serviço de Informação Agricola do Ministerio da Agricultura, Rio de Janeiro, deseja contacto com firmas interessadas na compra de amendoim e açafrão.

— Kouri Importing & Brokerage Co., 7428 Christophe Colomb, Montreal, Canadá, desejam representar produtores de oleos de algodão e milho, refinado.

e tendo o clima da zona do norte catarinense como forte aliado, plantam mais e melhor. Está pois aberta ao nosso Estado, mais uma possibilidade de riqueza e conseqüente progresso com a cultura do linho.

(Do «Serviço de Informações» do Departamento Estadual de Estatística).

— American Bulb Company, 31-37 West 27th Street, New York City, deseja contacto com firmas intefessodas na importação de sementes de flores e legumes.

— J. Muller, Cevallos, 233/235, Buenos Aires, oferecendo referencias, deseja importar relógios, tesouras, conivetes, pinças, martelos, etc., assim como artigos de fantasia em metal para senhoras.

— Cosmo Metal Alloys Corp., 275-281 Fron Street, New York City, deseja contacto com firmas interessadas na importação de produtos quimicos.

— M. C. Lizarraga Trucios, Apartado N.º 361, Lima, Perú, dispondo de organização adequada, deseja representar fabricantes e exportadores nacionais.

NOVOS SOCIOS

Durante o mês de janeiro ingressaram no nosso Quadro Social, as seguintes firmas:

Aliança da Bahia Capitalização S. A., da Bahia.

Cherem & Cia., de Tijucas.

Cia. Fabrica de Papel Itajahy, de Itajaí.

Industria, Comercio e Seguros Knot S. A., de Itajaí.

Cia. M. Zipperer, Moveis de Rio Negro.

IMPOSTOS A PAGAR EM FEVEREIRO

FEDERAIS

**Patente de registro e fôros de Marinha
(Janeiro a Março)**

ESTADUAIS

1.º semestre de Industrias e Profissões